



# ÁFRICA AUSTRAL HOJE



SADC HOJE VOL 19 No. 1 DEZEMBRO 2016



## 2016 Ano rico em eventos para a SADC

por Joseph Ngwawi

O ANO de 2016 terminou com um grande optimismo na África Austral sobre uma eventual melhoria da segurança alimentar e início oficial da contagem regressiva rumo a uma Zona Continental de Comércio Livre prevista para 2017.

Outras questões importantes deste ano foram a procura e o acesso à energia, a igualdade de oportunidades entre mulheres e homens, a protecção dos ricos recursos da fauna da região, os planos para uma maior auto-suficiência da SADC e uma nova universidade da SADC.

O ano começou com uma nota sombria, com receios de escassez de alimentos em muitas partes da África Austral e preocupações com a instabilidade política na República Democrática do Congo (RDC) e Lesotho.

Os esforços combinados de ajuda alimentar dos Estados membros da SADC, com o apoio da comunidade internacional, evitaram a escassez de alimentos na maioria dos países.

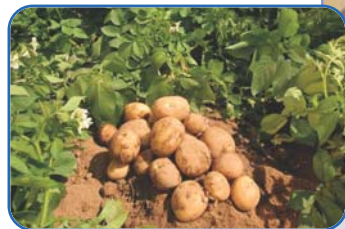
De acordo com os Sistemas de Aviso Prévio e de Vulnerabilidade da SADC, a região enfrentou um

défice de cereais estimado em 9,3 milhões de toneladas métricas.

A estação época foi pobre devido à pior seca dos últimos 35 anos causada por um fenómeno severo de El Niño associado ao aquecimento das águas do Oceano Índico fora da América do Sul. Este evento cíclico está associado a padrões climáticos globais extremos, incluindo a seca na África Austral.

As questões energéticas continuaram a dominar o discurso de integração regional na SADC durante o ano passado. Registaram-se progressos significativos no sentido do desenvolvimento de uma estratégia regional que permita a adopção de fontes de energia alternativas mais limpas, bem como o desenvolvimento de formas inovadoras de utilizar menos energia para alimentar a agenda do desenvolvimento.

Especialistas em energia da região aprovaram em Outubro a Estratégia e Plano de Acção Regional de Energia Renovável e Eficiência Energética em Joanesburgo, África do Sul.



POLÍTICA	3
AGRICULTURA	4
MUDANÇAS CLIMÁTICAS	5
CITES	6
COMÉRCIO	7
ENERGIA	8-9
PARLAMENTOS	10
PAZ & SEGURANÇA	11
COOPERAÇÃO	12
SAÚDE	13
UNIÃO AFRICANA	14
EVENTOS	15
HISTÓRIA HOJE	16

continua na página 2...

## 2016 Ano rico em eventos para a SADC

A 36ª Cimeira da SADC realizada na Swazilândia em Agosto testemunhou o lançamento do Monitor de Energia da SADC, bem como a sexta edição do Monitor de Género e Desenvolvimento da SADC, ambos produzidos por um parceiro de conhecimento da SADC, o Centro de Documentação e Documentação para a África Austral (SARDC).

O Monitor de Energia da SADC, o primeiro do género na África Austral, documenta os progressos na implementação das políticas e iniciativas energéticas da SADC, incluindo o Protocolo da SADC sobre Energia.

O Monitor de Género e Desenvolvimento SADC 2016 apresenta um relato dos progressos na implementação dos compromissos regionais para alcançar a equidade e igualdade de género de acordo com o Protocolo da SADC sobre o Género e Desenvolvimento.

Outras publicações lançadas na cimeira foram um estudo de base sobre o Tráfico de Pessoas na Região da SADC e um conjunto de ferramentas de política para ajudar os Estados membros a gerir a transformação económica e o desenvolvimento da cadeia de valor, além de um folheto sobre os Esforços e Benefícios da Incorporação do Género no Sector de Energias Renováveis da SADC.

A 36ª Cimeira da SADC aprovou o Protocolo Revisto da SADC sobre Género e Desenvolvimento, que contém novas disposições sobre os desafios emergentes relacionados com género, como as mudanças climáticas, casamentos de crianças, saúde sexual reprodutiva e direitos reprodutivos e aborda disparidades de género nos meios de comunicação social e informação.

A 36ª Cimeira da SADC aprovou um acordo histórico que deverá

contribuir muito para que a região possa assumir plenamente a sua agenda de integração financiando os seus próprios planos de desenvolvimento - o Acordo sobre a Operacionalização do Fundo de Desenvolvimento Regional da SADC.

Estima-se que apenas nove por cento dos projectos regionais são financiados pelos Estados-Membros da SADC, enquanto o saldo provém dos PIC. Isso compromete a apropriação e a sustentabilidade dos programas regionais.

O Presidente da SADC, Rei Mswati III, anunciou planos para estabelecer uma instituição regional para treinar os cidadãos em inovação e empreendedorismo como parte dos esforços para transformar a África Austral numa região industrializada.

A Universidade de Transformação da SADC, programada para iniciar os trabalhos em 2017, é uma das iniciativas propostas pelo Rei Mswati III para melhorar a produtividade industrial. Ele ofereceu para sediar a universidade na Swazilândia e se comprometeu a oferecer bolsas para 300 estudantes - 20 por cada Estado-Membro na fase inicial.

O ano passado testemunhou o início do processo de elaboração de um plano de acção económico para a estratégia e roteiro de industrialização que deverá estar concluído no primeiro trimestre de 2017, quando os líderes da África Austral realizarem a sua Cimeira Extraordinária.

O plano incidirá nos primeiros 15 anos do calendário da estratégia e visa criar um ambiente propício para sustentar o desenvolvimento industrial como motor da transformação económica; e estabelecer uma aliança duradoura para a industrialização, envolvendo os sectores público e privado, bem como parceiros estratégicos.

Outro grande

desenvolvimento durante o ano passado foi o início do processo de revisão da estrutura organizacional do Secretariado da SADC para garantir que ela responda adequadamente às questões novas e emergentes no plano de desenvolvimento revisto da região.

O ano passado também foi agitado na frente comercial, com a cooperação entre a SADC e a União Europeia sendo reforçada com a assinatura, em Junho, de um acordo comercial entre os dois blocos.

Seis Estados membros da SADC - Botswana, Lesotho, Moçambique, Namíbia, África do Sul e Swazilândia - assinaram um Acordo de Parceria Económica (APE), o primeiro do seu tipo entre a UE e uma região africana a prosseguir o objectivo da integração económica.

Os seis negociaram os APE sob a bandeira do Grupo SADC. Angola deverá aderir a este Grupo da SADC no futuro. Os outros países continentais da SADC negociaram para os APE sob a bandeira da África Oriental e Austral, enquanto as nações insulares negociam integrados no Grupo do Pacífico.

O ano também testemunhou o início dos trabalhos preparatórios sobre as negociações para o estabelecimento de um mercado continental que irá promover a circulação suave de bens, serviços e pessoas em toda a África.

As negociações para a Área Continental de Comércio Livre (ACCL) devem ser concluídas até o final de 2017. Quando estiver operacional, a ACCL reunirá os 54 países africanos, criando uma população combinada de mais de um bilhão de pessoas e um Produto Interno Bruto Mais de 3,4 triliões de dólares norte-americanos.

Os esforços para operacionalizar a Área Tripartida de Comércio Livre (ACL) ganharam força durante o ano, com a Zâmbia a ser o nono Estado membro da SADC a assinar o Acordo ACL em Junho.

Desde que um acordo histórico foi assinado em Junho de 2015 pelo Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA), Comunidade

dos Estados da África Oriental (EAC) e SADC para tornar realidade a "Grande" ACL, um total de 18 países assinaram o pacto, embora nenhum tenha ainda ratificado o instrumento.

A região acolheu a 17ª Conferência das Partes (COP17) da Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies de Fauna e Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção (CITES), que teve lugar na África do Sul no final de Setembro. (Mais na página 4)

No cenário político, a África Austral reforçou as suas credenciais como uma região relativamente estável após a realização de eleições nas Seycheles e na Zâmbia.

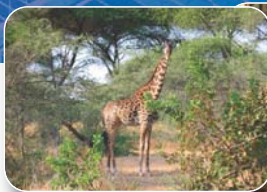
O presidente em exercício Edgar Lungu, da Zâmbia, foi declarado vencedor das eleições presidenciais de 11 de Agosto, enquanto a coaligação da oposição nas Seycheles, Linyon Demokratik Seselwa, ganhou as eleições parlamentares em Seycheles em Setembro.

O presidente James Michel renunciou em Outubro depois de 12 anos no cargo, depois de cumprir apenas 10 meses do seu terceiro e último mandato. O ex-vice-presidente Danny Faure completará o mandato de cinco anos.

Durante o ano passado, a SADC continuou a tentar encontrar uma solução duradoura para os impasses políticos no Reino do Lesotho e na RDC.

Em Novembro, a SADC mobilizou membros do Comité de Supervisão do Lesotho para apoiar o país na implementação das reformas constitucionais e de segurança.

A SADC fez parte do Diálogo Nacional Inter-Congolês liderado pela União Africana que foi fundamental para facilitar o acordo de diálogo nacional do Congo com o governo da RDC, partidos de oposição e grupos da sociedade civil em Outubro, para preparar o caminho para uma transição que conduza a um diálogo provincial, parlamentar e Eleições presidenciais até Abril de 2018. □



## SADC adopta estratégia de resposta a desastres

A **ESTRATÉGIA** Regional de Prontidão e Resposta a Desastres da SADC pode ser um marco na África Austral, uma região que não tem um protocolo específico sobre a redução ou gestão de desastres.

Cada vez que um desastre natural ocorre, como cheias ou terremotos, há perda de vida e destruição de propriedade e infra-estruturas.

Como resposta para melhor se preparar para tais desastres, a SADC adoptou a estratégia de gestão de desastres e a criação de um fundo para fortalecer as intervenções coordenadas para desastres na região.

A natureza multidisciplinar da gestão de risco de desastres obriga a SADC a usar vários documentos legais existentes para lidar com a gestão de desastres, como o Protocolo sobre Saúde, Política Regional de Água e Protocolo sobre Política, Defesa e Cooperação de Segurança.

A estratégia de desastres da SADC e o proposto fundo foram aprovados pelos Ministros responsáveis pela Gestão do Riscos de Desastres em Novembro, na sua reunião anual em Balaclava, Maurícias, e serão apresentados à próxima reunião do Conselho da SADC para consideração.

As modalidades do fundo deverão ser finalizadas no primeiro trimestre de 2017.

A estratégia e o fundo para desastres visam fortalecer a prontidão e a resposta aos desastres naturais na região, aumentando a capacidade dos Estados Membros de partilhar informações, conhecimentos e

pessoal antes, durante e após das situações de desastre.

O Ministro responsável pelo Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Gestão de Desastres e Praias nas Maurícias, Alain Wong Yen, disse na reunião dos ministros da SADC responsáveis pela gestão do riscos de desastres que a adopção da estratégia e do fundo ajudará a região a preparar-se e gerir desastres naturais.

"Todos testemunhamos que os frequentes desastres naturais e as mudanças climáticas sem precedentes estão a ter impactos significativos na sub-região da SADC", disse Wong Yen, que também é o Ministro da Administração Pública.

"Para tal, a adopção da Estratégia e do Fundo de Prontidão para Resposta a Desastres na SADC será parte integrante dos esforços globais e regionais desenvolvidos para aumentar a resiliência de acordo com os objectivos do Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Desastres".

O Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Desastres é o primeiro grande acordo da agenda de desenvolvimento pós-2015 que compromete a comunidade global a reduzir o risco de desastres.

O ministro sul-africano da Governação Cooperativa e dos Assuntos Tradicionais, David

Douglas Van Rooyen, concordou, acrescentando que a estratégia e o fundo "demonstram o nosso compromisso genuíno e colectivo de assegurar as reduções estratégicas dos impactos dos desastres na região da SADC e proactivamente a resiliência do nosso povo."

Uma vez aprovado pelo Conselho de Ministros da SADC, que deverá se reunir em Março de 2017, a estratégia e o fundo serão encaminhados para aprovação pela Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da SADC, marcada para Agosto de 2017 na África do Sul. □

## Manual do observador eleitoral

UM MANUAL de observação de eleição está sendo desenvolvido pela SADC para servir como um recurso de referência para as missões de observadores eleitorais.

O Conselho Consultivo Eleitoral da SADC (SEAC) está a supervisionar o desenvolvimento do Manual de Referência da SADC para Observadores Eleitorais, que se destina a servir de instrumento para auxiliar os observadores quando desdobrados no terreno durante as Missões de Observação Eleitoral da SADC.

O projecto de manual foi submetido a um processo de revisão e validação durante um seminário consultivo organizado pelo SEAC em

Cape Town em Dezembro e em que participaram representantes dos Estados-Membros. Os comentários do seminário serão usados para rever o projecto antes da sua finalização, adopção e disseminação.

O manual deverá ser apresentado à reunião da Comissão Ministerial do Órgão da SADC em Junho de 2017 para consideração e possível adopção.

O SEAC, criado em Abril de 2011 para aconselhar a SADC sobre questões eleitorais e questões relativas à democracia e à boa governação, supervisionou a revisão dos Princípios e Orientações que Orientam as Eleições

Democráticas na SADC. As orientações revistas foram adoptadas em Julho de 2015.

Os princípios e orientações contêm procedimentos a seguir pelas equipas de observadores da SADC e normas mínimas que os Estados-Membros devem seguir para que as suas eleições sejam declaradas credíveis. As orientações visam aumentar a transparência e a credibilidade das eleições, bem como assegurar a aceitação dos resultados das eleições por todas as partes em litígio.

O documento foi adoptado pela primeira vez em Agosto de 2004 na Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da SADC nas Maurícias. □

## Apelo humanitário Mobilizados 757 milhões de dólares para evitar a insegurança alimentar regional

A SADC mobilizou cerca de 760 milhões de dólares como parte de um apelo humanitário para evitar a escassez de alimentos em algumas partes da região.

De acordo com o Secretariado da SADC, um total de 757 milhões de dólares norte-americanos foram obtidos, sendo 222 milhões de dólares resultantes de contribuições dos Estados Membros e 535 milhões de dólares norte-americanos dos Parceiros de Cooperação Internacional (ICPs). Isso representa cerca de 26% do apelo humanitário lançado em Julho para a mobilização de um valor global de 2,9 bilhões de dólares.

### Rumo a um transporte harmonioso de alimentos em toda a região

O CONSELHO da SADC aprovou um plano de transporte que contém medidas específicas a serem tomadas pelos Estados Membros para assegurar a entrega oportuna e eficiente de bens em resposta ao apelo humanitário regional.

Algumas das principais medidas aprovadas pelo Conselho incluem o seguinte:

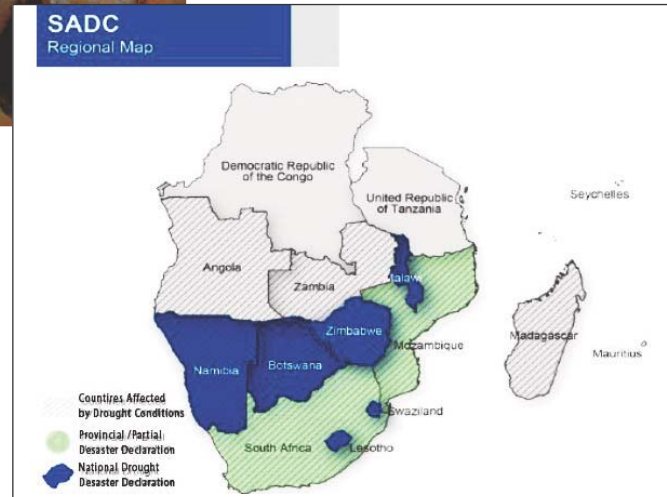
- Introdução de autorizações transfronteiriças especiais para os operadores de transportes de assistência humanitária;
- Introdução de procedimentos aduaneiros acelerados para os bens de assistência humanitária;
- Minimização de restrições e suspensão da regra de terceiros para insumos / exportações de seca;
- Fornecimento de escoltas militares para comboios rodoviários e ferroviários; e
- Nomeação de Pontos Focais para lidar com questões operacionais.

Os Ministros responsáveis pela Informação, Comunicação, Tecnologia, Transportes e Meteorologia da SADC instaram os Estados membros a implementarem estas medidas para assegurar o bom movimento dos alimentos em toda a região.

A maioria dos países da SADC experimentou rendimentos mais baixos na época 2015/16 devido à baixa precipitação causada pelo ciclo de seca regional e um forte fenômeno climático El Niño. A seca na região foi a pior dos últimos 35 anos.

Pelo menos seis países declararam desastres nacionais devido à seca - Lesoto, Malawi, Namíbia, Swazilândia, África do Sul e Zimbábue.

De acordo com o Sistema de Aviso Prévio e de Vulnerabilidade da SADC divulgado no início deste ano, a região enfrentou um déficit estimado de 9,3 milhões de toneladas métricas de cereais e



estimou-se que pelo menos 28 milhões de pessoas, representando cerca de nove por cento da população da SADC, estavam em situação de insegurança alimentar.

Para resolver esta situação, a SADC estabeleceu uma equipa para coordenar uma resposta regional aos impactos do fenómeno El-Niño 2015/2016 sobre os meios de subsistência em estreita colaboração com os Estados-Membros. A equipa é

composta pelo Secretariado da SADC e pelas agências das Nações Unidas, como a Organização para a Agricultura e Alimentação, o Programa Mundial de Alimentação, o Gabinete de Coordenação de Assuntos Humanitários e o Fundo das Nações Unidas para a Infância.

A equipa de resposta foi criada seguindo uma decisão do Conselho de Ministros da SADC que se reuniu nos meados de Março em Gaborone, Botswana.

A equipe desenvolveu o apelo humanitário regional para mobilizar recursos para atender às necessidades de pessoas que necessitam de tal apoio na região.

O ex-Presidente da SADC, o Presidente Seretse Khama Ian Khama, do Botswana, lançou o apelo regional em Julho. □

Os ministros disseram que todos os países afectados pela seca devem fornecer ao Secretariado da SADC relatórios sobre os seus planos nacionais e arranjos de coordenação para o transporte de assistência humanitária.

Os relatórios devem incluir volumes de mercadorias e

cronogramas, portos e rotas planeados, e estruturas de coordenação, incluindo detalhes de contato dos principais funcionários. Essas informações são fundamentais para assegurar uma fácil coordenação do transporte e outros arranjos logísticos. □



### Boas precipitações previstas para a campanha agrícola de 2016/17

A PREVISÃO para a época chuvosa 2016/2017 na África Austral indica que a maior parte da região poderá receber chuvas suficientes após dois anos sucessivos de seca debilitante.

No período de Outubro a Dezembro, espera-se que a maior parte da região receba uma quantidade elevada de chuva, descrita como sendo "normal com tendência para acima do normal", e esta deverá continuar na maior parte da região em Janeiro a Março de 2017, de acordo com Uma declaração do 20º Fórum Regional da África Austral para Previsão Climática (SARCOF-20).

No entanto, a parte norte da região poderá receber chuvas "normais com tendência para

abaixo do normal" no início e no final deste período, compreendendo a República Democrática do Congo, norte de Angola, maior parte da República Unida da Tanzânia, norte de Moçambique, Seychelles e leste de Madagascar.

O período de Novembro de 2016 a Janeiro de 2017 poderá ocorrer uma redução de chuvas em algumas partes da região, incluindo o Botswana ocidental, leste da RDC, norte de Moçambique, Zâmbia ocidental e sul da Tanzânia.

Durante esse período, essa parte da região enfrentará um período de seca, mas espera-se que a presente época a maior parte da região registre um ciclo curto de seca. □



## COP22 Consenso sobre o financiamento climático continua a ser difícil



AS RECENTES negociações globais sobre as mudanças climáticas trouxeram pouco ânimo para a África, uma vez que a questão das finanças continua em grande parte por resolver.

Apesar dos países desenvolvidos prometessem novamente mobilizar 100 bilhões de dólares norte-americanos anualmente até 2020, a África preocupou-se com a validade da oferta, já que o financiamento para a resiliência climática ainda se baseia em promessas e não em compromissos vinculativos.

Isto apesar da posição anterior da Conferência Ministerial Africana sobre o Ambiente ter solicitado aos países desenvolvidos a honrarem a sua promessa de proporcionar financiamento climático adequado, previsível e sustentável aos países em desenvolvimento.

Enquanto os países desenvolvidos concordaram em cumprir suas promessas financeiras na recente 22ª Conferência das Partes (COP 22) da Convenção das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (UNFCCC), realizada em Novembro em Marrocos, a África considerou os 100 bilhões de dólares norte-americanos bem abaixo da escala financeira Recursos necessários para a implementação da Convenção e do Acordo de Paris.

Outro desafio para a África é que, desde a criação do Fundo Verde para o Clima, os países em desenvolvimento tiveram dificuldades em aceder a fundos devido às condições rigorosas

impostas pelos países desenvolvidos.

O fracasso em fornecer financiamento climático é susceptível de afectar negativamente os esforços de resiliência em África enquanto as temperaturas globais continuam a subir a taxas sem precedentes.

Na África Austral, as projecções já indicam que o aumento das temperaturas está a ter efeitos adversos sobre a agricultura e sobre os meios de subsistência dos agricultores.

De acordo com o Quinto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (2014), o aquecimento da terra em toda a África Austral e no resto do continente aumentou nos últimos 50 a 100 anos.

O relatório indica que as temperaturas na região poderão subir entre 1,0 °C e 3,0 °C até 2080.

Como o sector agrícola continua a ser a espinha dorsal da maioria das economias da região, qualquer aumento das temperaturas terá um impacto na segurança alimentar e desenvolvimento.

A COP22 produziu a Proclamação de Acção de Marrakech sobre Clima e Desenvolvimento Sustentável, que expressa o compromisso das Partes de avançar para uma nova era de acção e desenvolvimento sustentável a luz do Acordo de Paris.

A COP 22 apelou para acções climáticas adicionais e apoio bem antes de 2020, levando em conta as necessidades específicas e as

circunstâncias especiais dos países em desenvolvimento.

As Partes apelaram ao mais alto compromisso político no combate às mudanças climáticas, sublinhando a necessidade de apoiar os esforços destinados a reforçar a capacidade de resistência e a redução da vulnerabilidade.

O movimento para fortalecer a resiliência e reduzir a vulnerabilidade está alinhado com a posição da SADC que favorece a adaptação do que à mitigação.

A SADC defende que os poluidores importantes e históricos devem assumir uma parte justa da responsabilidade de reduzir as suas emissões e devem ajudar os países vítimas a se adaptarem à medida que o continente continua a ser o menor contribuinte das emissões de gases com efeito de estufa.

Ao abrigo da Proclamação de Acção de Marrakech, os signatários concordaram em avançar na redução das emissões de gases com efeito de estufa e fomentar os esforços de adaptação que beneficiarão e apoiarão os países na implementação da Agenda para o Desenvolvimento Sustentável 2030.

Os negociadores do clima na COP 22 concordaram ainda em desenvolver um livro de regras que operacionalizará o Acordo de Paris para promover a confiança e a cooperação e garantir a boa implementação do Acordo de Paris. As partes esperam concluir o livro de regras até 2018.

O Acordo de Paris entrou em vigor em 4 de Novembro de 2016, após 55 partes representando mais de 55% das emissões totais de

GEE, terem ratificado o acordo. A partir de 14 de Dezembro, 117 das 197 Partes da Convenção da UNFCCC ratificaram o acordo.

O seu principal objectivo é reforçar a resposta global à ameaça das mudanças climáticas, mantendo um aumento da temperatura global muito inferior a 2 °C e prosseguir os esforços para limitar o aumento da temperatura para menos de 1,5 °C.

O acordo exige que todas as partes apresentem Contribuições Determinadas a Nível Nacional (INDCs), que descreve medidas para reduzir as emissões globais de gases de efeito estufa a nível nacional.

As INDCs indicam os passos a serem tomados para se adaptar às mudanças climáticas e o apoio que o país necessita ou fornecerá para lidar com os impactos.

Em 2018, as Partes da UNFCCC farão um balanço dos esforços coletivos feitos em relação ao progresso em direcção aos objectivos estabelecidos no Acordo de Paris.

As Partes concordaram em ter uma avaliação global a cada cinco anos para avaliar os progressos realizados no sentido de alcançar o objectivo do Acordo e para informar outras acções individuais dos Estados.

A COP 22 foi realizada em Marrakech, Marrocos, de 7 a 18 de Novembro de 2016, assinalando a quarta vez que um país africano acolhe a conferência sobre mudança climática, depois de Marrocos em 2001 (COP7), Quênia em 2006 (COP13) e África do Sul em 2011 (COP17). □





## Pouca alegria para a SADC devido a manutenção da proibição do comércio de marfim

A CONFERÊNCIA Internacional sobre o Comércio de Espécies Ameaçadas de Extinção realizada na África do Sul ofereceu pouca alegria para a África Austral, uma vez que as expectativas fundamentais não foram cumpridas.

Apesar do consenso da maioria dos países da SADC de suspender a proibição do comércio de marfim, a Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção (CITES) manteve as restrições.

A CITES, que é um acordo internacional que visa garantir que o comércio internacional de espécimes de animais selvagens e plantas não ameace a sua sobrevivência, argumentou que a proibição ainda é necessária para proteger os elefantes de extinção.

Esta decisão é um grande retrocesso para a SADC, uma vez que os países esperavam que a CITES regularizasse o comércio internacional de marfim ou pelo menos permitisse que fossem vendidos os seus estoques de marfim, agora avaliados em milhões de dólares.

Antes da reunião, os países da SADC desafiaram a CITES para finalizar e aprovar o desenvolvimento de um mecanismo de tomada de decisão para um processo de comércio de marfim.

Em particular, a Namíbia e o Zimbábue apresentaram uma proposta à CITES, solicitando a alteração da listagem dos seus elefantes no Apêndice II, removendo as restrições que impedem a venda de estoques no mercado internacional. A reunião votou contra esta proposta.

O Apêndice 1 da CITES lista as espécies ameaçadas de extinção, enquanto as do Apêndice II não são as espécies necessariamente ameaçadas.

A África Austral argumenta que a proibição do comércio de marfim vai seriamente prejudicar a base de receitas para a conservação da vida selvagem e pode levar a um aumento dos casos de caça furtiva, uma vez que as comunidades não estão a beneficiar do produto do comércio de marfim.

Os países da SADC sempre contestaram a decisão de manter e reforçar a proibição global do comércio de marfim, afirmando que sua população de elefantes cresceu muito acima da capacidade de sustentabilidade das suas florestas.

Por exemplo, a população de elefantes no Botswana situa-se em mais de 130.000, enquanto no Zimbábue, está acima de 80.000 - quase três vezes a sua capacidade de sustentabilidade.

Na Namíbia e África do Sul a população de elefantes situa-se em mais de 22.500 e cerca de 28.000, respectivamente.

Segundo a CITES, a África Austral tem o maior número de elefantes em África com cerca de 350.000 - o dobro da África Oriental, que possui cerca de 166.500 elefantes, principalmente na República Unida da Tanzânia, que também é contado como parte da África Austral.

A crescente população de elefantes na África Austral piorou os casos de conflito entre humanos e animais selvagens e levou a uma extensa degradação ambiental, sob a forma de erosão do solo, danos à vegetação e perda de biodiversidade.



Por exemplo, a população de elefantes na Namíbia é encontrada no Parque Nacional Etosha, na parte centro-norte do país, com sérios desafios de água.

O crescimento da população de elefantes no Zimbábue aumentou a pressão sobre os recursos hídricos disponíveis, uma vez que a maioria dessas populações está concentrada em áreas propensas à seca, obrigando a Autoridade de Maneio de Parques e Vida Selvagem a usar água de furo como alternativa, embora seja muito caro bombear.

A África do Sul enfrenta desafios na gestão da crescente população de elefantes no Parque Nacional Kruger.

No Botswana, os incidentes de caça furtiva aumentaram, forçando o governo a montar uma unidade anti-caça a tempo inteiro para lidar com a situação.

O aumento da caça furtiva continua a ameaçar a segurança e os meios de subsistência das populações locais, particularmente as comunidades vulneráveis dentro das áreas de elefantes na África Austral.

Em 2010, o Comité Técnico sobre Vida Selvagem da SADC

declarou que o conflito entre humanos e animais selvagens era um dos principais problemas para as populações rurais de África em termos de segurança humana e perda económica.

Com base nesses fortes argumentos, a região esperava que a convenção considerasse as propostas apresentadas pelos Estados membros e, pelo menos, permitisse a venda de estoques de marfim, uma vez fora, a fim de promover a conservação sustentável das populações de elefantes.

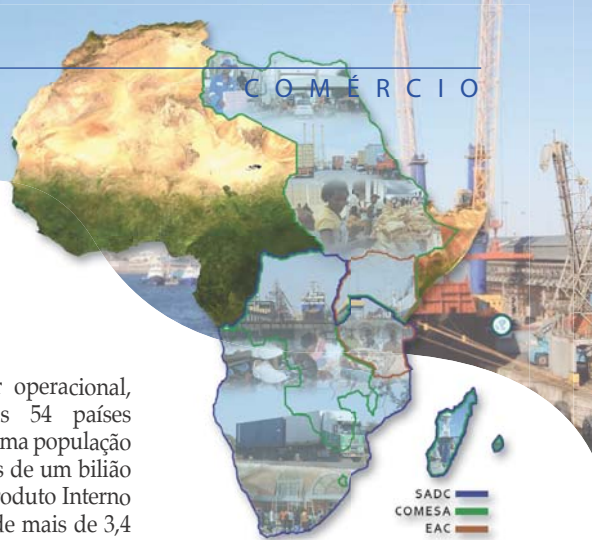
A Ministra sul-africana dos Assuntos Ambientais, Dra. Edna Molewa, disse que é necessário que as partes compreendam que as populações de elefantes na África Austral não cumprem os critérios para serem listadas no Apêndice I.

Ela disse que para qualquer espécie a ser incluída no Apêndice I da CITES, a sua população deve estar em declínio ou ser pequena e fragmentada - o que não é o caso na maioria dos países da SADC.

Os países que apoiam a proibição total do marfim, como o Quênia, propuseram a inclusão de todas as populações do elefante africano no Apêndice I, através da transferência do Apêndice II para o Apêndice I das populações do Botswana, da Namíbia, da África do Sul e do Zimbábue. Isto foi, no entanto, rejeitado.

A 17ª Conferência das Partes da CITES (COP 17) realizou-se de 24 de Setembro a 4 de Outubro em Joanesburgo. [sardc.net](http://sardc.net) □





## Rumo a uma ACL continental Especialistas intensificam negociações com o ano 2017 já em curso

O SONHO de um mercado único continental para bens e serviços em África está tomando forma lentamente no meio de esforços crescentes para estabelecer as bases antes do seu lançamento esperado em 2017.

Desde o lançamento oficial das negociações da Área de Comércio Livre (ACCL) pela Cimeira da União Africana (UA) na África do Sul em Junho de 2015, a Comissão da UA vem facilitando o trabalho preparatório antes do início das negociações.

Este trabalho incluiu estudos e consultas sobre questões de negociação, quadros institucionais

para as negociações e seus termos de referência, projecto de regulamento interno, projectos de planos de trabalho e cronograma de negociações.

O Fórum de Negociação da ACCL realizou a sua terceira reunião em Outubro, em Addis Abeba, na Etiópia, e adoptou os Termos de Referência para grupos técnicos de trabalho sobre as Regras de Origem; Medidas Sanitárias e Fitossanitárias; Comércio de medicamentos; e Procedimentos Aduaneiros e Facilitação do Comércio.

O fórum também adoptou modalidades para as negociações da ACCL no comércio de bens e serviços.

Participaram da reunião os principais negociadores comerciais dos países membros da UA, bem como representantes do comércio das oito Comunidades Económicas Regionais (REC) reconhecidas pelo órgão continental.

As RECs são a União do Magrebe Árabe (UMA), o Mercado Comum da África Oriental e Austral, a Comunidade dos Estados Sahel-Saharianos (CEN-SAD), a Comunidade da África Oriental, a Comunidade Económica dos Estados da África Central, a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental, Autoridade para o Desenvolvimento e a SADC.

A 25ª Sessão Ordinária da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da União Africana, que teve lugar em Joanesburgo, África do Sul, em Junho de 2015, lançou as negociações para a criação da ACCL.

O lançamento das negociações marcou uma fase importante na implementação da decisão da Cimeira de estabelecer um único mercado africano até 2017.

O objectivo da negociação da ACCL é conseguir um acordo comercial abrangente e mutuamente benéfico entre os Estados membros da UA.

Quando estiver operacional, ACCL reunirá os 54 países africanos, criando uma população combinada de mais de um bilião de pessoas e um Produto Interno Bruto combinado de mais de 3,4 trilhões de dólares norte-americanos.

O Fórum de Negociação da ACCL foi criado pela Assembleia da UA em 2012 e é composto por funcionários dos Estados membros da UA.

Tem a responsabilidade de conduzir negociações comerciais a nível técnico e reporta ao Comité de Altos Funcionários do Comércio sobre suas actividades de negociação.

O fórum também tem a responsabilidade de elaborar relatórios trimestrais sobre os progressos realizados nas negociações, destacando as áreas que requerem uma intervenção de nível superior para o Comité de Altos Funcionários do Comércio, Ministros do Comércio, Comité de

Alto Nível para o Comércio Africano (HATC) e a Assembleia da UA. O HATC integra os presidentes das oito CERs.

O processo da ACCL inclui também um Grupo de Trabalho Continental, composto por membros das CERs. O Grupo de Trabalho gere as negociações e ajuda a priorizar as questões para discussão.

A ACCL pretende envolver o Parlamento Pan-Africano, bem como uma série de partes interessadas, como a sociedade civil, os parlamentares e sector privado. Reuniões serão realizadas para reunir perspectivas diversas durante o processo da ACCL. □

### Objetivos da ACCL

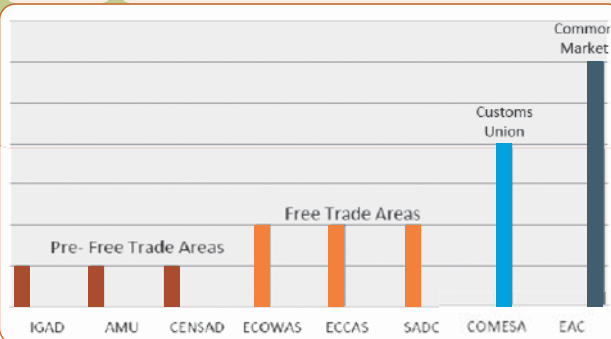
A ÁREA Continental de Comércio Livre visa:

- Criar um único mercado continental de bens e serviços, com livre circulação de empresários e investimentos, pavimentando assim o caminho para o estabelecimento da União Aduaneira Continental;
- Expandir o comércio intra-africano através de uma melhor harmonização e coordenação dos regimes e instrumentos de liberalização e facilitação do comércio nas Comunidades Económicas Regionais e no continente em geral;
- Resolver os desafios da adesão múltipla e sobreposta e acelerar os processos de integração regional e continental; e
- Aumentar a competitividade a nível da indústria e das empresas através da exploração de oportunidades de produção em escala, do acesso a mercados continentais e de uma melhor reafecção de recursos. □

### Cronograma da ACCL

Abaixo é apresentado o cronograma para o estabelecimento da Área Continental de Comércio Livre:

2012	Aprovação do Plano de Acção para Impulsionar o Comércio Intra-Africano (BIAT) durante a Cimeira de Chefes de Estado e de Governo. Decisão de estabelecer uma Área Continental de Comércio Livre (ACCL)
2014	Finalização da Área Tripartida de Comércio Livre EAC-COMESA-SADC
2015	Cimeira da União Africana que levou ao lançamento das negociações da ACL: adoptou os princípios de negociação, arranjos institucionais, termos de referência e roteiro indicativo para as negociações da ACCL
2015-2016	Consolidação das ACLs tripartidas e regionais numa ACCL
2016-2017	Reuniões do do Grupo de Trabalho da ACL e do Fórum de Negociação. Acordo sobre a Fase 1 da ACCL
2017	Estabelecimento da ACCL
Post-2017	Alinhamento legal, ratificação, entrada em vigor; Acordo sobre a Fase 2 da ACCL.



Fonte União Africana



## Rumo a uma estratégia da SADC para as energias renováveis

FOI FEITO um progresso significativo para desenvolver uma estratégia regional que permita à África Austral aumentar a captação de fontes de energia mais limpas e alternativas, bem como desenvolver formas inovadoras de utilizar menos energia para impulsionar a sua agenda de desenvolvimento.

Os especialistas em energia da SADC aprovaram a Estratégia e o Plano de Acção Regional de Energia Renovável e Eficiência Energética (REEESAP) numa reunião de validação realizada em Outubro, em Joanesburgo, África do Sul.

A REEESAP, que abrange o período de 2016-2030, tem como objectivo fornecer um quadro para os Estados Membros da SADC desenvolverem estratégias de energia renovável, levando a uma maior utilização dos recursos de energia renovável, bem como a mobilização de recursos financeiros no sector.

Isto será conseguido através de uma série de medidas, incluindo o estabelecimento de agências de energia renovável em todos os 15 Estados membros da SADC que terão mandato específico para sistemas fora da rede, bem como desenvolver e adoptar directrizes para cumprir a meta da SADC de reflexão de tarifas de custos até 2019, assegurando simultaneamente que os pobres não sejam prejudicados.

Outras medidas propostas incluem a sensibilização para o valor e os benefícios das energias renováveis e a introdução de questões de energia sustentável nos currículos escolares e no ensino superior.

A REEESAP também propõe criar um fundo de investimento regional de propósito específico para projectos de energia renovável e eficiência energética de menos de 10 megawatts (MW). O fundo vai, entre outras coisas, apoiar o empacotamento de projetos bancáveis.

A adopção da REEESAP não só mudará o panorama do desenvolvimento de energia renovável na SADC, mas também é fundamental para encorajar a região a adoptar formas inovadoras de usar menos energia para apoiar iniciativas de desenvolvimento.

Isto porque a SADC tem vastas fontes de energia renováveis, que vão desde a eólica, solar e gás até hidroeléctrica e biocombustíveis.

Espera-se que a aprovação da REEESAP atraia investimentos significativos para o sector de energias renováveis da SADC, permitindo à região aumentar o acesso e disponibilidade de energia.

Espera-se também que promova a inovação tecnológica no sector e garanta que a região utilize menos energia para prestar o mesmo serviço.

Isto será conseguido através de várias medidas, incluindo a utilização de geysers eléctricos remotos, equipamento de despacho de sensores de água e unidades de banho controladas pelo tempo para as instituições, bem como a proibição do uso de lâmpadas incandescentes, geysers eléctricos, Equipamentos de iluminação.

A implementação destas medidas de eficiência energética na África Austral resultou

numa economia de cerca de 4.561MW de electricidade entre 2009 e 2015. Prevê-se que a região da SADC economize mais de 6.000MW até 2018 se tais iniciativas forem implementadas de acordo com o plano.

Henry Shongwe, Director do Ministério da Energia e Recursos Naturais da Swazilândia, disse na reunião de validação da REEESAP que é fundamental a região melhorar o acesso e a disponibilidade de energia para promover o desenvolvimento socioeconómico.

Ele disse que sem energia, a agenda de industrialização da SADC não será cumprida, por isso "a energia sustentável é fundamental como um facilitador" na agenda de integração regional.

O responsável pelo Programa de Energia no Secretariado da SADC, Moses Ntlamelle, concordou e acrescentou que o desenvolvimento da REEESAP "é um passo em frente", pois ajudará a região a mobilizar os recursos de forma coordenada e estruturada.

Após o seu endosso, a REEESAP deverá agora ser apresentada aos Ministros da Energia da SADC para consideração na sua reunião anual prevista para Junho de 2017, no Malawi.

Uma vez aprovado pelos ministros da energia, a REEESAP será enviada ao Conselho de Ministros da SADC e, em última instância, à Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da SADC para aprovação final na sua cimeira anual prevista para a África do Sul em Agosto de 2017.

O principal órgão de implementação da REEESAP será o recém-criado Centro de Energia Renovável e Eficiência Energética da SADC (SACREEE) com sede na Namíbia.

A reunião de validação da REEESAP contou com a participação de várias partes interessadas, incluindo representantes do Secretariado da SADC, ministérios e departamentos de energia dos Estados membros da SADC e do Centro de Pesquisa e Documentação para a África Austral, que fornece apoio informativo ao Grupo Temático Energético da SADC; Bem como parceiros internacionais de cooperação.

O desenvolvimento da REEESAP foi iniciada há algum tempo, mas acelerado após a 34ª Reunião dos Ministros da Energia da SADC, realizada na África do Sul em 2015, que incumbiu o Secretariado para concluir o desenvolvimento da estratégia.

Em Abril de 2016, a Direcção de Infra-estruturas e Serviços da SADC lançou um amplo processo consultivo sobre o desenvolvimento da estratégia com o apoio do Mecanismo de Assistência Técnica da União Europeia para a Iniciativa "Energia Sustentável para Todos" (SE4ALL) - África Oriental e Austral. O consultor principal é a Atkins International. [sardc.net](http://sardc.net) □





## SACREEE nomeia Diretor Executivo



O PROCESSO de criação do tão aguardado centro para liderar a promoção do desenvolvimento de energias renováveis na região da SADC está atingindo o clímax após a nomeação de um Director Executivo para a organização.

Kudakwashe Ndhlukula assumiu o cargo em Setembro e deverá liderar o processo de operacionalização do Centro de Energia Renovável e Eficiência Energética da África Austral (SACREEE), com sede na Namíbia.

Ndhlukula possui um mestrado em Engenharia de Energia Renovável e Gestão de Negócios, entre outras qualificações.

Antes de ingressar no SACREEE, foi um especialista em infraestrutura energética da Manketti Energy Solutions que opera no Zimbabwe e na Namíbia. Anteriormente foi Oficial de Programa (Capacitação Institucional) para a IRENA em Abu Dhabi.

Antes de ingressar na IRENA, Ndhlukula foi o Director / Coordenador do Instituto de Energia Renovável e Eficiência Energética (REEEI) na Namíbia, onde formulou e executou vários projectos, incluindo a gestão do programa da rede de energia, mapeamento eólico, desenvolvimento de regulamentos e políticas de energia renovável.

Ele também trabalhou para a Autoridade de Abastecimento de Eletricidade do Zimbabwe como um comerciante de eletricidade e tem mais de 15 anos de experiência no sector de energia.

A equipa de gestão do SACREEE será chefiada pelo Director Executivo e será composta por vários níveis de pessoal permanente a ser complementada por consultores e pessoal internacional destacado que possa ser considerado necessário periodicamente.

A equipe de gestão reportará a um conselho executivo, que será o mais alto órgão de decisão do SACREEE, proporcionando orientação estratégica ao centro e aprovando os seus planos de trabalho e orçamentos anuais.

O conselho executivo será constituído por representantes dos Estados-Membros, do Secretariado da SADC e das organizações subsidiárias da SADC, como o Grupo de Empresas de Electricidade da África Austral, a Associação Regional de Reguladores de Electricidade da África Austral, bem como as organizações da sociedade civil e do sector privado. □



## Especialistas avaliam o progresso da SOLTRAIN

PERITOS DE energia da África Austral e parceiros de cooperação reúnem-se na Namíbia em Fevereiro de 2017 para discutir maneiras de melhorar uma abordagem coordenada para aproveitar o potencial energético do sol.

Considerada uma das "Cinturas do Sol" de África e dotada de uma das melhores zonas de radiação solar do mundo, a região da SADC intensificou esforços nos últimos anos para aproveitar o potencial proporcionado pela energia solar.

Uma iniciativa deste tipo é a Iniciativa de Formação e Demonstração Solar Térmica da África Austral (SOLTRAIN), uma iniciativa regional sobre a criação de capacidades e demonstração de sistemas solares térmicos na região da SADC.

O principal objectivo do projecto é ajudar a desmamar a região da África Austral do uso de combustíveis fósseis pouco respeitadores do ambiente e promover o uso de energias renováveis, com foco no aquecimento solar de água.

O foco nos sistemas solares térmicos ou de aquecimento é deliberado porque os níveis de radiação solar na SADC são elevados e estes sistemas podem ser facilmente fabricados ou montados na região.

Os sistemas térmicos solares, como o aquecimento solar de água, têm um enorme potencial para aliviar problemas de desemprego, escassez de fornecimento de energia, altos custos de energia e poluição.

Especialistas em energia da SADC e de outras regiões convergiram na capital namibiana, Windhoek, de 22 a 24 de Fevereiro para a conferência SOLTRAIN 2017, uma plataforma anual para trocar notas e partilhar experiências dos seis países participantes.

Iniciada em 2009 com o apoio da Agência Austríaca de Desenvolvimento e do Fundo OPEP para o Desenvolvimento Internacional, a iniciativa está sendo implementada em seis países - Botswana, Lesotho, Namíbia, Moçambique, África do Sul e Zimbabwe.

A primeira fase da SOLTRAIN decorreu entre Maio de 2009 e Agosto de 2012, enquanto a segunda fase começou em Novembro de 2012 e terminou em Fevereiro de 2016.

A terceira fase do programa começou em Março e vai até Julho de 2019.

Espera-se que a conferência discuta a implementação de roteiros por parte dos países que já têm estes - Moçambique, Namíbia e África do Sul - bem como o progresso no desenvolvimento de tais planos pelos restantes três países. Os roteiros descrevem as estratégias e metas estabelecidas pelos países e devem ser atendidas até 2030.

Por exemplo, Moçambique planeia instalar pelo menos um milhão de aquecedores de água solares em áreas residenciais até 2030, bem como mais de 30.000 em hotéis e outros estabelecimentos de turismo e 15.000 em instituições públicas como escritórios governamentais, hospitais e escolas até o mesmo período.

O mapa sul-africano mostra que o país planeia instalar pelo menos oito milhões de geysers solares de alta pressão e baixa pressão em áreas residenciais nos próximos 14 anos.

A Namíbia também tem metas ambiciosas para instalar sistemas solares térmicos em áreas residenciais, instalações turísticas, hospitais e escritórios até 2030. Isso incluirá mais de 200 mil instalações em casas e pelo menos 343 em hospitais e clínicas em todo o país. □



## Parlamentares da SADC querem uma Assembleia regional

por Danai Majaha

O ESTABELECIMENTO de um parlamento regional tem a capacidade de acelerar a integração da tomada de decisões na África Austral.

Isto foi dito por parlamentares da SADC que se reuniram recentemente em Harare, no Zimbabwe, e reiteraram o seu pedido de um parlamento regional para reforçar a integração entre os Estados-Membros.

A iniciativa de criar uma assembleia regional foi proposta há alguns anos e tem o apoio de muitos líderes da SADC.

No entanto, poucos progressos foram feitos para garantir que o projecto se torne uma realidade.

A criação de um parlamento regional é considerada importante para o desenvolvimento, pois tem potencial para ampliar a participação dos cidadãos da SADC na integração regional, bem como orientar a ratificação, domesticação e implementação de protocolos da SADC e outras decisões.

O Vice-Presidente do Zimbabwe, Emmerson Mnangagwa, disse na 40ª sessão da Assembleia Plenária do Fórum Parlamentar da SADC que a região consideraria a proposta porque os parlamentares têm um papel importante a desempenhar na agenda de integração regional.

"Nós valorizamos o papel e a importância dos parlamentos e somos, portanto, favoráveis à

transformação final do Fórum em um Parlamento Regional da SADC", disse Mnangagwa, que também é responsável pelo Ministério da Justiça, Assuntos Jurídicos e Parlamentares.

"Precisamos de uma decisão regional colectiva sobre este assunto e o Zimbabwe continuará a envolver outros Estados membros para garantir a aceleração do consenso regional da SADC sobre este assunto".

O Presidente da Assembleia Nacional da Namíbia, o Professor Peter Katjavivi disse que um parlamento regional é um instrumento importante para facilitar a integração regional.

"Um parlamento regional certamente irá desempenhar um papel fundamental na integração regional e melhorar a implementação de capacidade na nossa região".

"Precisamos construir instituições e sistemas que avancem as necessidades e aspirações do povo desta região", disse Katjavivi.

O vice-Presidente do Fórum Parlamentar da SADC, Joseph Njobvuyalema, disse que é triste notar que a região foi uma das primeiras na África a chegar a um quadro parlamentar regional, mas continua a ser a única comunidade económica regional sem um parlamento regional.

"Apesar de termos sido os primeiros a estabelecer o primeiro quadro parlamentar regional, somos agora a única região da África sem um

parlamento regional formal", disse Njobvuyalema.

"Tomando nota da nossa contribuição para a agenda de desenvolvimento e integração da SADC, não tenho dúvidas de confirmar que os parlamentares da SADC estão prontos e dispostos a fazer muito mais quando formos formalmente transformados num Parlamento Regional da SADC".

Estabelecido pela Cimeira da SADC no Malawi, em Setembro de 1997, o Fórum Parlamentar da SADC é um órgão regional interparlamentar composto por deputados dos Estados membros da SADC, representando mais de 3.500 parlamentares na Região da SADC.

O fórum é composto por todos os Estados Membros da SADC, excepto Madagáscar, e fornece uma plataforma para apoiar e melhorar a integração regional através da participação parlamentar e promover as melhores práticas no papel dos parlamentos na integração e cooperação regional.

O Fórum Parlamentar da SADC não está afiliado ao Secretariado da SADC nem a outras instituições da SADC, como a Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da SADC, pelo que as suas decisões não são vinculativas para os Estados-Membros.

Na reunião, os parlamentares deliberaram outras questões, incluindo a necessidade de promover o bom movimento de pessoas em toda a região.



Com o tema "Apátrida na Região da SADC", o fórum disse que é também importante para os cidadãos da SADC terem acesso fácil a documentos legais e pessoais, como cartões de identificação nacionais e passaportes.

Apátrida significa que nenhum país considera uma pessoa como seu próprio nacional sob as operações de suas leis e esta situação afecta cerca de 12 milhões de pessoas em todo o mundo.

Pessoas apátridas normalmente enfrentam uma série de desafios, incluindo viajar, casar, bem como acesso à educação e instalações de saúde.

Algumas das principais causas de apátridas são a discriminação e a privação arbitrária da nacionalidade, práticas inadequadas de registo civil e lacunas nas leis de nacionalidade.

A nível regional, as questões de apátridas são abrangidas pelo Protocolo sobre a Facilitação da Circulação de Pessoas, que visa facilitar o acesso à documentação adequada, incluindo identidades nacionais e passaportes que são requisitos básicos quando se viaja dentro ou através das fronteiras.

A 40ª sessão da Assembleia Plenária do Fórum Parlamentar da SADC decorreu de 3 a 15 de Novembro. □



## Pontos focais nacionais apoiam a força regional de prontidão

**OS ESTADOS** - Membros acordaram em nomear Pontos Focais nacionais para facilitar o trabalho da componente civil da Força de Prontidão da SADC.

O acordo foi feito no início de Dezembro em Gaborone, Botswana, por representantes dos Estados membros da SADC e privados.

Foi acordado que cada país deveria nomear pontos focais nacionais que seriam responsáveis pelos assuntos da Componente Civil da Força de Prontidão da SADC.

Além disso, os Estados-Membros comprometeram-se a identificar peritos potenciais a incluir na lista; Coordenar as actividades civis da Força de Prontidão da SADC e implementar o Manual de Listagem Civil da Força de Prontidão SADC revisada, logo que for aprovado pelas estruturas relevantes no decorrer de 2017.

A Força de Prontidão da SADC foi oficialmente lançada na Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da SADC, em Lusaka, em 17 de Agosto de 2007.

A motivação por trás da sua formação é a necessidade de reforçar a capacidade das forças armadas africanas para intervir e resolver os conflitos em todo o continente sem interferência indevida de partes externas que não compreendam as complexidades do conflito.

Está em consonância com o objectivo de auto-suficiência sublinhada em todos os principais acordos e declarações da SADC e aproxima o ideal da Força Africana de Prontidão.

Constituída por componentes militares, policiais e civis, a força depende dos recursos prometidos pelos Estados-Membros em regime de reserva.

O pessoal militar, policial e civil regional destacado dos Estados membros da SADC contribuintes está em rotação em Gaborone, enquanto as tropas e o pessoal da Força de

Prontidão da SADC permanecem nos seus países de origem em um estado de alerta para garantir tempos de resposta rápidos.

O Elemento de Planeamento (PLANELM) é a única estrutura permanente da SADC relacionada à força. É uma organização autónoma que não se destina a ser incorporada à estrutura da Força da SADC durante missões reais.

Funciona diariamente como uma ferramenta do Órgão da SADC para a Cooperação em Política, Defesa e Segurança e recebe orientação do Comité de Chefes de Estado Maior da SADC e do Comité de Chefes de Polícia da SADC. Sua

autoridade é extraída do Órgão e do SIPO.

O mandato da Força de Prontidão da SADC é bastante amplo e abrange:

- Missões de observação e monitoria;
- Operações de apoio à paz;
- Intervenções a pedido de um Estado membro para restabelecer a paz e a segurança;
- Implantação preventiva (para impedir a escalada de um conflito, ou para impedir que um conflito se espalhe para Estados vizinhos);
- Construção da paz numa situação pós-conflito (incluindo desarmamento e desmobilização);

- Missões humanitárias em apoio a civis (conflitos ou desastres naturais relacionados); e
- Quaisquer outras funções que possam ser autorizadas pela Cimeira da SADC.

O pensamento é que, ao criar uma força regional que atrai tropas e recursos de todos os Estados Membros, o ônus da resolução de conflitos não pesa sobre qualquer estado. Ele também dá credibilidade às intervenções e aumenta a probabilidade de sucesso porque a rotação de tropa pode ocorrer mais regularmente com uma maior força de prontidão já implantada. □

## Comité de Supervisão para monitorar situação no Lesotho

A SADC mobilizou membros do Comité de Supervisão para Lesotho para apoiar o país na consolidação da paz e da estabilidade.

O Comité de Supervisão foi constituído pela Cimeira da SADC para actuar como um órgão geral de monitoria e mecanismo de aviso prévio em caso de sinais de instabilidade e intervir, conforme apropriado, em consulta com o Facilitador da SADC, Cyril Ramaphosa, Vice-Presidente da África do Sul.

O principal objectivo do Comité de Supervisão é apoiar o país na implementação de diversos acordos, incluindo as Reformas Constitucionais e do Sector de Segurança, numa tentativa de devolver o país à estabilidade após anos de conflito interno.

O Comité de Supervisão foi enviado pela primeira vez ao Lesotho, de 18 a 26 de Novembro.

No desempenho das suas funções, espera-se que o Comité de Supervisão consulte todas as partes interessadas relevantes no Lesotho, incluindo funcionários do Governo, organizações não

governamentais / da sociedade civil e organizações religiosas no que se refere à implementação das decisões da SADC.

O juiz aposentado Frederick Mwita Werema, da República Unida da Tanzânia, é o presidente do Comité de Supervisão. A Tanzânia é a actual Presidente do Órgão da SADC sobre Política, Defesa e Cooperação de Segurança.

O Órgão é responsável pela promoção da paz e da segurança na região da SADC e tem o mandato de dirigir e fornecer aos Estados-Membros orientações sobre assuntos que ameaçam a paz, a segurança e a estabilidade na região. □



Presidente do Comité de Supervisão da SADC sobre o Lesotho, Juiz reformado Frederick Werema (à esquerda); Secretária Executiva da SADC, Dr. Stergomona Lawrence Tax (no centro) e ex-deputado para Botswana, Sua Excelência Patrick Balopi (à direita), durante uma reunião de informação realizada a 7 de Dezembro de 2016 em Gaborone, Botswana

## Chefe do exército de Lesotho renuncia

O CHEFE do exército do Lesotho acusado de lançar uma tentativa de golpe no reino montês em 2014 renunciou neste mês num movimento que poderia auxiliar os esforços para acabar com a instabilidade.

O Tenente-General Thali Kamoli foi demitido pelo ex-Primeiro-Ministro, Thomas

Thabane, que o acusou de tentar derrubar o seu governo.

Quando ele foi destituído, os soldados atacaram a sede da polícia, saquearam armas e mataram um oficial tentativa de golpe relatada.

Ele foi reintegrado pelo actual primeiro-ministro que afirmou ser um bom oficial. □



## Enfrentar os desafios da migração

A SADC assinou um Memorando de Entendimento com a Organização Internacional para as Migrações (OIM) tendo as duas partes enfatizado a necessidade de acesso a informações confiáveis e precisas no desenvolvimento de estratégias para lidar com questões de imigração.

O acordo foi assinado em Novembro em Gaborone, Botswana pela Secretária

Executiva da SADC, Dra. Stergomena Lawrence Tax, e o Diretor Regional da OIM para a África Austral, Josiah Ogina.

O principal objectivo do acordo é proporcionar um quadro de cooperação entre a SADC e a OIM para a migração, redução da pobreza, promoção do crescimento económico, apoio ao desenvolvimento humano e respostas a emergências e a gestão de riscos

de desastres.

As duas organizações notaram a complexidade dos desafios da migração que está ligada à pobreza e outros problemas socioeconómicos, bem como aos conflitos e à insegurança.

A migração não planeada tem impactos da sobre as nações anfitriãs em termos de custos, enquanto os países de onde provêm as pessoas perdem

personal chave, impactando no desenvolvimento socioeconómico.

Neste contexto, a SADC e a OIM salientaram a necessidade de dados e informações fiáveis para facilitar o desenvolvimento de intervenções para lidar eficazmente com as várias formas de migração. □

## SADC e Japão reforçam cooperação

A SADC irá em breve desenvolver um plano de acção detalhado sobre o escopo da cooperação com o Japão no âmbito da 6ª Conferência Internacional de Tóquio sobre Desenvolvimento Africano (TICAD VI).

A Secretária Executiva da SADC, Dra. Stergomena Lawrence Tax, e Hiroyuki Kinomoto, o principal representante da Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA), reuniram-se em Novembro e acordaram que o plano de acção deveria estar pronto no primeiro trimestre de 2017.

O âmbito da cooperação deve incidir nas prioridades da SADC, tal como descrito no Plano de Estratégico Indicativo Desenvolvimento Regional revisto, bem como explorar a forma como a região poderá implementar plenamente a sua

Estratégia de Industrialização e o Plano Director de Desenvolvimento de Infra-estruturas Regionais da SADC.

Também foi acordado que o plano de acção dará prioridade ao estabelecimento de postos fronteiriços únicos para promover o bom movimento de bens, serviços e pessoas em toda a região.

Existe ainda apenas um Posto Fronteiriço de Paragem Única (OSBP) na SADC, no posto fronteiriço de Chirundu, entre a Zâmbia e o Zimbábue.

Desde a introdução do OSBP em Chirundu, o tempo e a eficiência para concluir os

procedimentos de imigração e alfândega foram grandemente melhorados. Os viajantes podem agora passar por processos de imigração e alfândega em questão de minutos em comparação com várias horas ou mesmo dias antes da introdução do OSBP.

Sob a TICAD VI, o Japão anunciou o compromisso de investir cerca de 30 biliões de dólares norte-americanos em Parcerias Público-Privadas através do desenvolvimento de infra-estrutura de qualidade, construção de sistemas de saúde resilientes e estabelecimento de bases para a paz e a estabilidade.

Os três pilares da cooperação no âmbito da TICAD VI são a Diversificação Económica e a Industrialização; Promoção de sistemas de saúde flexíveis para uma vida de qualidade; e promoção da estabilidade social para a prosperidade partilhada.

A SADC e o Japão partilham uma longa história de cooperação e parte da colaboração conjunta inclui apoio técnico para a criação do Centro de Recursos Financeiros para o Desenvolvimento da SADC e o projecto de Conservação Florestal e Gestão Sustentável de Recursos Florestais na África Austral. □

## SADC e Alemanha identificam áreas de cooperação

AS ÁREAS prioritárias de concentração entre a SADC e a Alemanha nos próximos anos serão o comércio e a industrialização, a gestão da água, os recursos naturais e as mudanças climáticas, bem como a paz e a segurança.

Isto foi acordado durante as suas consultas políticas sobre a cooperação para o desenvolvimento regional, realizadas em Novembro, em Gaborone, Botswana.

Estas áreas de cooperação deverão ser submetidas para aprovação nas próximas negociações bilaterais entre o Secretariado da SADC e o Governo da Alemanha, previstas

para meados de 2017.

As duas partes acordaram em reforçar a sua cooperação técnica e financeira de longa data com vista a promover o desenvolvimento socioeconómico sustentável, a paz e a segurança duradouras, promoção da democracia, boa governação e o avanço de objectivos globais como o ambiente e a mitigação das mudanças climáticas; enfrentando o desafio da migração.

As consultas sobre políticas foram copresididas pela Secretária Executiva da SADC, Dra. Stergomena Lawrence Tax, e Benjamin Sneider, Diretor de Política para a SADC no



Ministério Federal de Cooperação Económica e Desenvolvimento.

O Embaixador da Alemanha no Botswana, Rolf Ulrich, e o Chefe da Delegação da União Europeia no Botswana, Embaixador Alexander Baum, participaram da reunião. □



## Estratégia farmacêutica regional obtém aprovação ministerial



**OS MINISTROS** responsáveis pela Saúde e pelo HIV e SIDA na SADC concordaram em acelerar a implementação de estratégias e intervenções para a saúde pública e prevenção do HIV, incluindo medidas para promover a produção de medicamentos essenciais e produtos de saúde na região.

Reunidos em Mbabane, Swazilândia, em Novembro, os ministros aprovaram a Estratégia para a Produção Regional de Medicamentos Essenciais e Produtos de Saúde na SADC (2016-2020).

A estratégia apoia o componente farmacêutica na Estratégia e Roteiro para a Industrialização da SADC 2015-2063.

Os Ministros apelaram ao desenvolvimento de um roteiro de mobilização de recursos para apoiar a operacionalização do Plano de Negócios Farmacêuticos da SADC, bem como o estabelecimento dos Serviços de Aprovisionamento Farmacêuticos (SPPS) propostos pela SADC em alguns Estados-Membros.

Os propostos SPPS irão gerir a implementação da Estratégia de Acumulação de Medicamentos Essenciais e Produtos de Saúde (2013-2017), ao mesmo tempo que baseia-se nas orientações das estruturas relevantes da SADC para o desenvolvimento de políticas, funções de monitoria e avaliação, supervisão geral e processos de implementação.

A estratégia visa facilitar a cooperação regional na aquisição de medicamentos essenciais e produtos de saúde, assegurando assim o acesso a produtos acessíveis, seguros, eficazes e com garantia de qualidade.

O encontro, focado na prevenção, controlo e gestão de doenças, fez uma série de

recomendações, incluindo o desenvolvimento de um roteiro de mobilização de recursos para apoiar a operacionalização do Plano de Negócios Farmacêuticos da SADC.

O objectivo do Plano de Actividades Farmacêuticas da SADC, aprovado em 2007, é garantir a disponibilidade de medicamentos essenciais - incluindo Medicamentos Tradicionais Africanos - para reduzir a carga de doença na região.

Este plano de negócios visa melhorar a disponibilidade sustentável e o acesso a medicamentos essenciais acessíveis, de qualidade, seguros e eficazes.

Os ministros também concordaram em desenvolver e actualizar os planos nutricionais nacionais com metas alinhadas com os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável.

Os ministros também concordaram em desenvolver e actualizar os planos nutricionais nacionais com metas alinhadas com os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável.

Para a África Austral, estes esforços estão dando frutos e foram alcançados marcos importantes resposta ao HIV, incluindo a redução de transmissões e infecções.

De acordo com os dados apresentados aos Ministros da Saúde e aos Ministros responsáveis pelo HIV e SIDA que se encontraram na Swazilândia em Novembro, a região registou um declínio de 13,3% nas novas infecções por HIV de 880.000 casos, em 2010, para 763.000 casos, em 2015.

Além disso, os ministros concordaram em reforçar a colaboração entre o Serviço de Saúde Militar da SADC e o Secretariado da SADC para uma resposta regional conjunta às emergências, em conformidade com o Artigo 25 do Protocolo da SADC sobre Saúde, centrado nos serviços de emergência de saúde e gestão de desastres.

O Protocolo sobre a Saúde foi assinado em Agosto de 1999 para coordenar os esforços regionais em matéria de preparação para as epidemias, mapeando a prevenção, o controlo e, sempre que possível, a erradicação das doenças transmissíveis e não transmissíveis.

Entre outras coisas, o protocolo promove a cooperação entre os Estados Membros da SADC sobre questões-chave de saúde e reconhece que isso é essencial

para o controlo de doenças transmissíveis e não-transmissíveis e para a resolução de problemas comuns de saúde.

A reunião foi aberta oficialmente pelo Primeiro-Ministro da Swazilândia, Dr. Barnabas Dlamini, que apelou para que os Estados-Membros acelerassem os esforços para harmonizar as políticas para melhorar o sector da saúde na região da SADC.

O Dr. Dlamini sublinhou a necessidade de abordar as lacunas nos esforços para harmonizar as medidas para melhorar o sector da saúde na região.

Isso é fundamental para alcançar a aspiração da SADC de alcançar um padrão de saúde aceitável para todos os cidadãos, bem como metas específicas dentro do objectivo de "Saúde para Todos" até 2020. □

## SADC regista um declínio em novas infecções por HIV

A SADC também registou uma cobertura elevada de prevenção da transmissão de mãe para o filho.

Os esforços para combater a propagação do HIV na SADC estão cobertos pela Prioridade D do Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional Revisto, que se centra na promoção de programas especiais de dimensão regional sob grupos como a educação e o desenvolvimento de recursos humanos; Saúde, HIV e SIDA e outras doenças transmissíveis.

Além disso, a SADC registou progressos significativos na prestação de serviços e produtos para a saúde das crianças. Isto

conseguiu, por exemplo, uma redução de 40 por cento no número de crianças com menos de cinco anos que estão atrofiadas.

Igualmente, foi alcançada uma redução de 30 por cento do baixo peso a nascença quando comparado com a linha de base de 2006-2010.

No entanto, apesar dos vários marcos alcançados pela região para melhorar os resultados de saúde, a taxa de mortalidade continua elevada, embora haja indicadores favoráveis de saúde materna e infantil, como a prevenção da transmissão de mãe para filho e o número de partos por mão de obra qualificada. □





Da esquerda, Dr. Abdoulaye Bathily; Dr. Pelsonomi Venson-Moitoi; Sua Excelência Agapito Mba Mokuy; Dr. Amina Mohammed e Dr. Moussa Faki Mahamat.

## Ordem de trabalhos da 28ª Cimeira da União Africana

por Kizito Sikuka

**LÍDERES AFRICANOS** reúnem-se no final de Janeiro para traçar a agenda de desenvolvimento do continente, incluindo a nomeação de uma nova equipa de liderança para o secretariado da União Africana, com sede em Addis Abeba, na Etiópia.

A 28ª Assembleia Ordinária dos Chefes de Estado e de Governo da União Africana (UA) está marcada para 30-31 de Janeiro em Adis Abeba, Etiópia.

De acordo com um projecto de agenda, uma das principais questões a debater é a nomeação de uma nova liderança na Comissão da UA para orientar uma integração mais profunda em África. A comissão é responsável pelo funcionamento e pela cumprimento da Agenda da UA visando avançar uma maior integração continental para uma África mais próspera.

Todos os membros que compõem a liderança da Comissão da UA atingiram o seu primeiro ou

segundo limite de mandato ou renunciaram, daí a necessidade de nomear uma nova equipa. De acordo com a Constituição da Comissão da UA, os mandatos são de quatro anos, renovável uma vez.

A Cimeira elegerá um novo presidente, vice-presidente e oito comissários. Os oito comissários são responsáveis pela paz e pela segurança; assuntos políticos; comércio e indústria; infra-estruturas e energia; assuntos sociais; economia rural e agricultura; recursos humanos, ciência e tecnologia; e assuntos económicos.

Um total de cinco candidatos estão disputando a posição de alto funcionário público da África. Estes são o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Botswana e candidato da SADC, Dr. Pelsonomi Venson-Moitoi; Dr. Moussa Faki Mahamat, do Chade; Agapito Mba Mokuy da Guiné Equatorial; Dra. Amina Mohammed, do Quênia; e Dr. Abdoulaye Bathily, do Senegal.

Candidatos da África Austral também concorrem para outros cargos da Comissão.

A eleição de um novo presidente segue a decisão da Dra. Nkosazana Dlamini-Zuma, da África do Sul, de se demitir depois do fim do seu primeiro mandato em Junho de 2016.

Dlamini-Zuma, que era candidata patrocinada pela SADC quando colocou o seu nome nos livros de história depois de se tornar a primeira mulher da África Austral a chefiar a Comissão da UA em 2012, decidiu retornar à política activa na África do Sul.

Uma das principais realizações da UA durante a liderança de Dlamini-Zuma foi a visão continental do futuro, intitulada Agenda 2063, e documentos de planeamento relacionados, como a "Nota Conceitual sobre Domesticação da Agenda 2063 nos Estados Membros da União".

O documento conceitual define o papel proposto de cada país e das Comunidades Económicas Regionais (CERs), tais como a SADC, na consecução das metas e objectivos da Agenda 2063. As funções atribuídas às CERs incluem:

- Ser pontos focais para facilitar a adopção, implementação, monitoria e avaliação de todos os marcos continentais relacionados com a Agenda 2063 pelos Estados membros;
- Emitir diretrizes específicas para a implementação, monitoria e avaliação da Agenda 2063 para os Estados membros; e;
- Organizar fóruns anuais para que os Estados membros analisem o desempenho da implementação regional na Agenda 2063.

A Agenda 2063 é uma estratégia continental adoptada pela UA em 2013 e visa optimizar a utilização dos recursos de África em benefício de todos os africanos.

A Cimeira da UA, que decorrerá sob o tema "Aproveitar o Dividendo Demográfico através de Investimentos na Juventude",

também deliberará sobre um relatório para reformar a UA.

A ideia de reformar a UA segue uma decisão tomada durante a 12ª Cimeira da UA realizada na Etiópia em 2009, onde foi acordado criar uma comissão para analisar as modalidades de transformar o secretariado da UA numa autoridade.

A decisão de transformar a Comissão da UA em uma autoridade foi alcançada como um passo de compromisso para eventualmente formar um governo continental. A autoridade proposta teria um mandato mais amplo do que a comissão existente.

Outro grande problema para os líderes na sua Cimeira anual é o estabelecimento de uma Área Continental de Comércio Livre (ACCL) até 2017.

As negociações para o lançamento da ACCL, cujo principal objectivo é promover a circulação suave de bens e serviços em todo o continente, começaram em Junho de 2015 e progredem bem.

Quando estiver operacional, a ACCL reunirá todos os países africanos, criando uma população combinada de mais de um bilião de pessoas e um Produto Interno Bruto combinado de mais de 3,4 triliões de dólares norte-americanos.

A cimeira deverá também considerar um pedido de Marrocos para se juntar à UA. Marrocos retirou-se da OUA há 32 anos, em protesto pelo apoio do organismo continental à Frente Polisario e ao seu reconhecimento a República Democrática Árabe Saharaui como um Estado independente.

A readmissão de Marrocos traria a adesão da UA um total de 55 países.

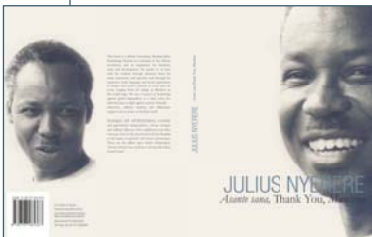
A situação política em alguns pontos quentes no continente, incluindo a República Democrática do Congo, também será discutida. Outras questões da agenda da Cimeira incluem o comércio, segurança alimentar e mudanças climáticas. [sardc.net](http://sardc.net) □



### Edifício de Paz e Segurança Julius Nyerere

O **EDIFÍCIO** de Paz e Segurança Julius Nyerere, na sede da UA em Addis Abeba, na Etiópia, foi construído em Outubro, em homenagem a um importante pan-africanista e construtor de paz, e arquiteto da libertação na África Austral.

O novo edifício, que acolhe o Departamento de Paz e Segurança da UA e fornece uma base para o funcionamento do sistema continental de aviso prévio e a coordenação das operações de apoio à paz lideradas pela UA, foi financiado pelo governo da República Federal da Alemanha a um custo estimado em 31 milhões de Euros.



# ÁFRICA AUSTRAL HOJE



SADC HOJE Vol 19 No 1 DEZEMBRO 2016



## ÁFRICA AUSTRAL HOJE

É produzido como uma fonte de referência das actividades e oportunidades na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, e um guia para os responsáveis pela elaboração de políticas a todos os níveis de desenvolvimento nacional e regional.

### Comunidade para o desenvolvimento da África Austral

Secretariado da SADC, SADC House,  
Private Bag 0095, Gaborone, Botswana  
Tel +267 395 1863 Fax +267 397 2848/318 1070  
E-mail registry@sadc.int Website www.sadc.int

**ÁFRICA AUSTRAL HOJE** é publicado seis vezes por ano pelo Centro de Documentação e Pesquisa para a África Austral (SARDC) para o Secretariado da SADC em Gaborone, Botswana, como uma fonte credível de conhecimento sobre o desenvolvimento regional. Os artigos podem ser reproduzidos livremente pelos órgãos de comunicação social e outras entidades, citando devidamente a fonte.

### EDITOR

Munetsi Madakufamba.

### COMITÉ EDITORIAL

Joseph Ngwawi, Kizito Sikuka, Eglene Tauya, Admire Ndhlovu, Phyllis Johnson, Danai Majaha, Shirley Ptsirai, Anisha Madanhi, Nyarai Kampilipi, Tanaka Chitsa, Dean Mutata

### TRADUTOR

Bonifácio António

**ÁFRICA AUSTRAL HOJE** conta com o apoio da Agência Austríaca para o Desenvolvimento, que assiste o Grupo Temático de Energia da SADC co-presidido pela Áustria.

© SADC, SARDC, 2016

**ÁFRICA AUSTRAL HOJE** acolhe as contribuições individuais e de organizações dentro da região da SADC em forma de artigos, fotografias, artigos noticiosos e comentários, e também artigos relevantes de fora da região. Os editores reservam-se o direito de seleccionar ou rejeitar artigos, e editar para se ajustar ao espaço disponível. O conteúdo não reflecte necessariamente o posicionamento oficial ou opiniões da SADC ou SARDC.

**ÁFRICA AUSTRAL HOJE** é publicado em Inglês, Português e Francês, e está disponível num formato digital no Portal de Internet [www.sadc.net](http://www.sadc.net) Conhecimento para o Desenvolvimento, ligado a [www.sadc.int](http://www.sadc.int)

### COMPOSIÇÃO & MAQUETIZAÇÃO

Tonely Ngwenya

### PHOTOS AND ILLUSTRATIONS

P1 [www.gov.sz](http://www.gov.sz), [herald.co.zw](http://herald.co.zw), [wordpress.com](http://wordpress.com); P2 P Johnson SARDC, [rbfhealth.org](http://rbfhealth.org), [sundaymail.co.zw](http://sundaymail.co.zw), [womeninnews.org](http://womeninnews.org); P4 [generationcp.org](http://generationcp.org), [postzambia.com](http://postzambia.com); P5 K Sikuka SARDC, [undp.org](http://undp.org), [un.org](http://un.org), [GRID-Arendal](http://GRID-Arendal); P6 [iisd.ca](http://iisd.ca), [ZTA](http://ZTA), [herald.co.zw](http://herald.co.zw), [mydestinationnambibia.com](http://mydestinationnambibia.com); P7 [allafrica.com](http://allafrica.com), [dailynews.gov.bw](http://dailynews.gov.bw), [coega.co.za](http://coega.co.za); P8 [herald.co.zw](http://herald.co.zw), [Lesotho Times](http://Lesotho Times); P9 [dailymail.zm](http://dailymail.zm); P10 D Majaha SARDC; P11 [cnn.com](http://cnn.com), SARDC; P12 [iom.int](http://iom.int), SARDC; P13 [www.gov.sa](http://www.gov.sa), [healthliving88.com](http://healthliving88.com); P14 [unoca.org](http://unoca.org), [dailynews.gov.bw](http://dailynews.gov.bw), [worldfolio.com](http://worldfolio.com), [waza.co.ke](http://waza.co.ke), [un.org](http://un.org); P16 SARDC, [sahistory.org.za](http://sahistory.org.za), [sabc.co.za](http://sabc.co.za)

### Subscreva Hoje

**ÁFRICA AUSTRAL HOJE** está disponível através de uma taxa de subscrição anual para seis meses: 55 dólares para fora de África, incluindo o envio; 40 dólares nas restantes partes de África; e 30 dólares na África Austral. A subscrição permite receber a publicação via aérea ou por e-mail. Para mais detalhes, contacte o Editor.

A correspondência para esta publicação deve ser dirigida ao  
[sadctoday@sadc.net](mailto:sadctoday@sadc.net)

### Centro de Documentação e Pesquisa para África Austral

15 Downie Avenue, Belgravia, Harare, Zimbabwe  
Tel +263 4 791 141 Fax +263 4 791 271



sadc.net



@sadc.net

Austrian  
Development Cooperation

This document was produced in the context of a project funded by the Austrian Development Agency/the Austrian Development Cooperation. The responsibility of the content of this publication lies entirely with the author; the information and views expressed do not reflect the official opinion of the Austrian Development Agency/the Austrian Development Cooperation.



## Dezembro 2016 – Fevereiro 2017

### Dezembro

5-7, Nigéria

#### Conferência Económica Africana 2016

A conferência anual deste ano vai decorrer sob o lema "Alimentando a África: Rumo à Industrialização Agro-Aliada para o Crescimento Inclusivo". Será uma oportunidade para discutir a transformação agrícola de África apresentando a evidência empírica sobre a forma de impulsionar a agro-industrialização alimentar para África e promover o crescimento inclusivo.

8-9, Etiópia

#### 5º Retiro Ministerial do Conselho Executivo da UA

Este é um fórum importante para aumentar a cooperação entre os países africanos sobre os principais passos para avançar os projectos de integração continental, reforçar a eficácia das instituições da UA e avaliar a implementação da Agenda 2063. O retiro ocorre pelo menos duas vezes por ano e é convocado pela Comissão da UA em consulta com o presidente do Conselho Executivo.

9, Etiópia

#### Debate eleitoral para o Presidente da Comissão da UA

A UA, por meio da sua Academia de Liderança da União Africana, convocará o primeiro debate de liderança para os candidatos que disputam o cargo de presidente da Comissão da UA. O debate será conduzido perante um público em directo composto por membros do Conselho Executivo da UA; Comité de Representantes Permanentes, Comissários da UA; Pessoal da Imprensa e convidados. Visa popularizar a União Africana e dar aos candidatos a oportunidade de falarem aos cidadãos africanos e apresentarem os seus planos para o cumprimento da visão da UA de uma África integrada, próspera e pacífica.

### Janeiro

16-19, UAE

#### Cimeira Mundial sobre a Energia Futura 2017

A cimeira será dedicada a sustentar o consenso de energia limpa, bem como promover e capacitar novos actores no sector. Apresentará aos interessados na área da energia uma oportunidade única de trocar tecnologia e partilhar as melhores práticas.

30-31, Etiópia

#### 28ª Sessão Ordinária da Assembleia da UA

Os Chefes de Estado e de Governo Africanos vão se reunir na sua 28ª Sessão da Assembleia da União Africana, precedida de reuniões ministeriais e técnicas de funcionários. O tema da UA para o ano é "2017: Aproveitar o Dividendo Demográfico através de Investimentos na Juventude".

### Fevereiro

21 – 22,  
África do Sul

#### Feira de Energia Indaba 2017

O Indaba reunirá especialistas internacionais e continentais para partilharem ideias e soluções para os desafios energéticos de África, ao mesmo tempo em que explorará as vastas oportunidades de desenvolvimento energético oferecidas para a África.

23, África do Sul

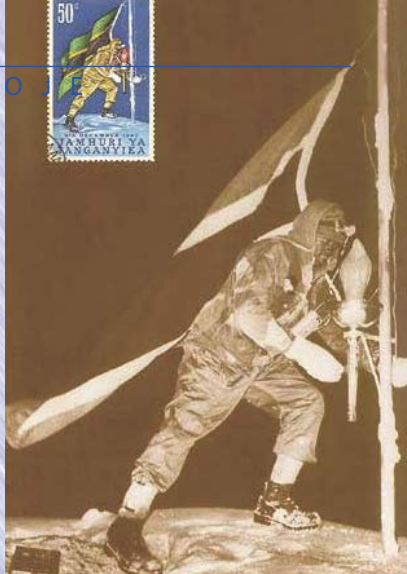
#### 4ª Conferência sobre IPP e Contratos de Compra de Energia

A conferência reúne Produtores Independentes de Energia (IPPs), empresas de serviços públicos, investidores, governos e reguladores de energia para discutir soluções para aumentar a capacidade de energia e fortalecer as ligações entre governos e agentes privados no sector de energia

22-24, Namíbia

#### Conferência da SOLTRAIN 2017

Especialistas de Energia da África Austral e Parceiros de Cooperação vão discutir formas de melhorar a abordagem coordenada para melhorar o potencial da energia solar. A Iniciativa de Formação e Demonstração Solar Térmica da África Austral (SOLTRAIN), é um programa regional sobre a criação de capacidades e demonstração de sistemas solares térmicos na região da SADC.



55  
anos

## Independência do Tanganyika Apoio para a liberdade na África Austral

NOVE DE Dezembro tem um significado particular na história da libertação da África como o dia em que Tanganyika ganhou a independência da Grã-Bretanha em 1961.

Sob a liderança do fundador, Mwalimu Julius Kambarage Nyerere, Tanganyika uniu-se com Zanzibar em 1964 para formar a República Unida da Tanzânia, dando acção a sua firme crença na unidade africana.

A Tanzânia acolheu o Comitê de Libertação da Organização da Unidade Africana (OUA) desde 1963 até que sua missão foi cumprida em 1994 após a formação de um governo da maioria e fim do apartheid institucionalizado na África do Sul.

Nyerere foi o pai da libertação da África Austral, e um dos fundadores da SADC.

Trabalhou incansavelmente para apoiar a meta de meios não violentos de alcançar a liberdade política, resultando na independência da Zâmbia em 1964, Malawi (1964), Botswana (1966), Lesotho (1966), Maurícias (1968), Swazilândia e Seychelles (1976).

Quando os outros países da África Austral foram forçados a travar guerras de libertação para finalmente alcançar o mesmo fim, a Tanzânia proporcionou apoio político, material e moral até que a independência e o governo de maioria assumissem o poder em 1975 (Moçambique, Angola), 1980 (Zimbábwe), 1990 (Namíbia) e, finalmente, 1994 (África do Sul).

Nyerere prosseguiu os ideais de libertação, democracia e humanidade comum no resto do continente e, com os líderes de outros poucos países africanos que eram independentes em 1963, criou a OUA, que mais tarde se tornou União Africana.

O principal objectivo era a libertação política para o resto do continente. A sua ferramenta para conseguir isso, o Comitê de Libertação da OUA, foi organizado pela Tanzânia, e a maioria dos movimentos de libertação se baseou ali em um ou outro momento.

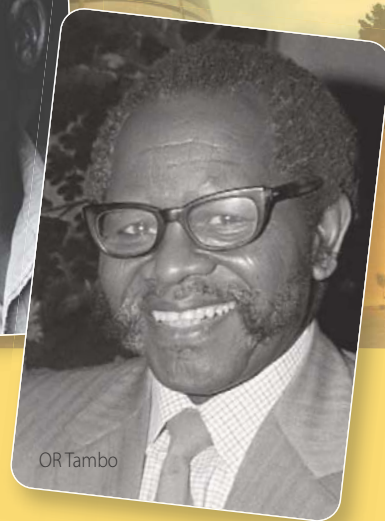
Nyerere foi um dos nove líderes que se reuniram em 1980 para estabelecer a Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC), que mais tarde se tornou SADC.

Os líderes da Tanzânia, da Zâmbia e do Botswana formaram os Estados da Linha da Frente em 1974 para trabalharem juntos numa frente unida para a segurança comum e para o domínio da maioria nos países vizinhos, sob a presidência de Nyerere e este foi um precursor do Órgão Político de Cooperação, Defesa e Segurança da SADC.

As mudanças políticas ocorridas na Namíbia e na África do Sul em 1990 e 1994 alteraram o rosto e o futuro do continente africano e completaram o trabalho do Comitê de Libertação da OUA, mas o desenvolvimento socioeconómico continua a ser uma visão. □



Chefe Albert Lutuli



OR Tambo

## ANC faz 105

O CONGRESSO Nacional Africano (ANC) comemora seu 105º aniversário em Janeiro de 2017, marcando mais um marco para o movimento político mais antigo de África e um dos partidos mais antigos do mundo.

A 8 de Janeiro de 1912, chefes, representantes de organizações religiosas e de outras pessoas importantes se reuniram em Bloemfontein e formaram o Congresso Nacional dos Indígenas da África do Sul (SANNC), cujo objectivo principal era fazer campanha pelos direitos de todos os africanos a defender os seus direitos e liberdades.

Um ano após sua formação, o ANC enfrentou um de seus maiores desafios quando a Lei de Terras Nativas de 1913 foi promulgada. Ele despojou o povo africano da sua pátria por estatuto racista, um movimento que poderia ser chamado de limpeza étnica na terminologia actual.

Desde a sua humilde criação numa igreja de Waaihoek em Bloemfontein, o ANC tem se tornado, nos últimos 105 anos, um movimento político maduro que confrontou o apartheid e seus partidários globais e venceu.

## FERIADOS PÚBLICO NA SADC

Dezembro de 2016-Fevereiro de 2017

8 Dezembro	Imaculada da Conceição	Seychelles
9 Dezembro	Dia da Independência	Tanzânia
10 Dezembro	Dia Internacional dos Direitos Humanos	Namíbia
16 Dezembro	Dia Reconciliação	África do Sul
22 Dezembro	Dia da Unidade Nacional	Zimbábwe
25 Dezembro	Natal	Toda SADC menos Angola e Moçambique
	Dia da Família	Angola, Moçambique
26 Dezembro	Dia da Boa-Vontade	África do Sul
	Dia da Família	Namíbia
	Dia do Boxe	Botswana, Lesotho, Swazilândia, Tanzânia, Zimbábwe
27 Dezembro	Feriado Público	Botswana, Malawi, Zambia
1 Janeiro	Dia do Ano Novo	SADC
2 Janeiro	Feriado Público	Botswana, Maurícias, Seychelles
4 Janeiro	Dia dos Mártires	RDC
12 Janeiro	Dia da Revolução de Zanzibar	Tanzânia
15 Janeiro	Dia de John Chilembwe	Malawi
16 Janeiro	Dia dos Heróis (Laurent Kabila)	RDC
17 Janeiro	Dia dos Heróis (Patrice Lumumba)	RDC
28 Janeiro	Festival da Primavera Chinesa	Maurícias
1 Fevereiro	Dia da Abolição da Escravidura	Maurícias
3 Fevereiro	Dia dos Heróis	Moçambique
4 Fevereiro	Dia Nacional da Luta Armada	Angola
9 Fevereiro	Thaiposam Cavadee	Maurícias
9 Fevereiro	Maha Shivaratree	Maurícias
9 Fevereiro	Carnaval	Angola